



Jorge Coelho/Divulgação

DESTAQUES DO RESULTADO DA ELETROBRAS 3º TRI

R\$ 915 mi

Prejuízo líquido

-R\$ 436 mi

Ebitda

R\$ 482 mi

Provisão para perda de ativo financeiro

R\$ 450 mi

Provisão para contingências

-R\$ 11 mi

Resultado líquido da variação cambial

R\$ 965 mi

Dívida líquida

R\$ 19 mi

Repasso de Itaipu

FONTE: Eletrobras

A mensagem da Eletrobras para os analistas de mercado é que a empresa ainda busca alternativas sustentáveis para manter o negócio

Tesouro acumula dívida milionária com elétricas

O Grupo Eletrobras é o mais atingido pela indefinição no ressarcimento de investimentos

Fernanda Nunes
fernanda.nunes@brasileconomico.com.br

Empresas do setor elétrico, com destaque para a Eletrobras, aguardam o ressarcimento de uma conta milionária por parte do Tesouro Nacional, que poderá, ao fim, ser paga pelos consumidores de eletricidade. O pagamento da dívida diz respeito aos investimentos feitos em ativos que não pertencem mais às companhias, mas à União, desde que as empresas elétricas aderiram ao programa de renovação das concessões.

Os ativos incluídos no programa e indenizados pelo Tesouro passaram para o domínio do governo, porém, as suas manutenções e operações ainda são realizadas pelas concessionárias, responsáveis pelo pleno funcionamento do sistema elétrico. Enquanto aguardam a autorização do ressarcimento dos investimentos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a conta entra como provisão nos

balanços. Esse foi um dos motivos do prejuízo de R\$ 915 milhões da Eletrobras no terceiro trimestre deste ano, segundo o diretor Financeiro e de Relações com Investidores do grupo, Armando Casado.

A Eletrobras provisionou R\$ 482 milhões para perdas de ativos financeiros, a serem ressarcidos pela União, valor superior à geração de caixa negativa de R\$ 436 milhões no terceiro trimestre deste ano. Segundo Casado, o resultado da empresa teria sido outro não fosse o programa de antecipação das concessões e de redução das tarifas de energia, sobretudo, por causa dos gastos com ativos que não lhe pertencem mais.

“Se não trocamos um equipamento defeituoso, sofremos penalidades. Trocamos, por exemplo, um transformador e solicitamos a receita à Aneel. Esses investimentos podem gerar agregação de receita (futura). Só que, no padrão IFRS (padrão internacional de contabili-

“

Se não trocamos um equipamento defeituoso, sofremos penalidades. Trocamos, por exemplo, um transformador e solicitamos a receita à Aneel”

Armando Casado
Diretor financeiro da Eletrobras

dade), quando não há contrapartida de receita, (o gasto) é jogado na provisão, para ser revertido depois”, afirmou Casado, em teleconferência com analistas de mercado para apresentar o resultado financeiro do terceiro trimestre.

Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, a indefinição sobre o ressarcimento dos investimentos das companhias elétricas é apenas um detalhe de uma série de indefinições herdadas do programa de antecipação da renovação das concessões. “A solução desse problema não resolverá o caso da Eletrobras, que não tem uma perspectiva de atuação clara”, alerta Sales.

Aos analistas do mercado, no entanto, o diretor da estatal fez questão de ressaltar que a empresa está em busca de uma alternativa de negócios que garanta a sua sustentabilidade. “Temos uma discussão grande sobre as alternativas para o modelo de ne-

gócios. É incessante a busca, inclusive de melhoria dos resultados da companhia”, argumentou Casado.

Nem mesmo o pagamento de dividendos aos acionistas, referente ao exercício de 2013, está assegurado. Segundo o diretor Financeiro, uma proposta de pagamento ou mesmo a decisão pelo não pagamento sairá da diretoria da empresa para a análise do seu Conselho de Administração. Casado fez questão de ressaltar que essa é uma resposta recorrente sobre a previsão de pagamento de dividendos, mas admitiu também o abalo do caixa da empresa pelo programa de renovação antecipada das concessões e a sua repercussão no pagamento de dividendos. “(Por enquanto), não há perspectiva de recomendação (de pagamento de dividendos)”, disse.

A perspectiva é de que novos gastos surjam com o programa de demissão voluntária da empresa, que, até 13 de dezembro, deve custar cerca de R\$ 1,5 bilhão à companhia. De acordo com Casado, o crescimento de 30% da conta de pessoal, entre o segundo e o terceiro trimestres deste ano, foi motivado, principalmente, pelos gastos com o programa de demissão voluntária. Além disso, a empresa teve gasto de R\$ 540 milhões com a adequação do quadro de pessoal. A tendência é que, nos próximos resultados trimestrais, essa provisão diminua e passe a aparecer na conta de pessoal.

O Grupo Eletrobras é o mais atingido pela indefinição no ressarcimento de investimentos

Empresas do setor elétrico, com destaque para a Eletrobras, aguardam o ressarcimento de uma conta milionária por parte do Tesouro Nacional, que poderá, ao fim, ser paga pelos consumidores de eletricidade.

O pagamento da dívida diz respeito aos investimentos feitos em ativos que não pertencem mais às companhias, mas à União, desde que as empresas elétricas aderiram ao programa de renovação das concessões.

Os ativos incluídos no programa e indenizados pelo Tesouro passaram para o domínio do governo, porém, as suas manutenções e operações ainda são realizadas pelas concessionárias, responsáveis pelo pleno funcionamento do sistema elétrico. Enquanto aguardam a autorização do ressarcimento dos investimentos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a conta entra como provisão nos balanços.

Esse foi um dos motivos do prejuízo de R\$ 915 milhões da Eletrobras no terceiro trimestre deste ano, segundo o diretor Financeiro e de Relações com Investidores do grupo, Armando Casado. A Eletrobras provisionou R\$ 482 milhões para perdas de ativos financeiros, a serem ressarcidos pela União, valor superior à geração de caixa negativa de R\$ 436 milhões no terceiro trimestre deste ano.

Segundo Casado, o resultado da empresa teria sido outro não fosse o programa de antecipação das concessões e de redução das tarifas de energia, sobretudo, por causa dos gastos com ativos que não lhe pertencem mais.

"Se não trocamos um equipamentos defeituoso, sofremos penalidades. Trocamos, por exemplo, um transformador e solicitamos a receita à Aneel. Esses investimentos podem gerar agregação de receita (futura). Só que, no padrão IFRS (padrão internacional de contabilidade), quando não há contrapartida de receita, (o gasto) é jogado na provisão, para ser revertido depois", afirmou Casado, em teleconferência com analistas de mercado para apresentar o resultado financeiro do terceiro trimestre.

Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, a indefinição sobre o ressarcimento dos investimentos das companhias elétricas é apenas um detalhe de uma série de indefinições herdadas do programa de antecipação da renovação das concessões. "A solução desse problema não resolverá o caso da Eletrobras, que não tem uma perspectiva de atuação clara", alerta Sales.

Aos analistas do mercado, no entanto, o diretor da estatal fez questão de ressaltar que a empresa está em busca de uma alternativa de negócios que garanta a sua sustentabilidade.

"Temos uma discussão grande sobre as alternativas para o modelo de negócios. É incessante a busca, inclusive de melhoria dos resultados da companhia", argumentou Casado.

Nem mesmo o pagamento de dividendos aos acionistas, referente ao exercício de 2013, está assegurado. Segundo o diretor Financeiro, uma proposta de pagamento ou mesmo a decisão pelo não pagamento sairá da diretoria da empresa para a análise do seu Conselho de Administração. Casado fez questão de ressaltar que essa é uma resposta recorrente sobre a previsão de pagamento de dividendos, mas admitiu também o abalo do caixa da empresa pelo programa de renovação antecipada das concessões e a sua repercussão no pagamento de dividendos. "(Por

enquanto), não há perspectiva de recomendação (de pagamento de dividendos)", disse.

A perspectiva é de que novos gastos surjam com o programa de demissão voluntária da empresa, que, até 13 de dezembro, deve custar cerca de R\$ 1,5 bilhão à companhia. De acordo com Casado, o crescimento de 30% da conta de pessoal, entre o segundo e o terceiro trimestres deste ano, foi motivado, principalmente, pelos gastos com o programa de demissão voluntária. Além disso, a empresa teve gasto de R\$ 540 milhões com a adequação do quadro de pessoal. A tendência é que, nos próximos resultados trimestrais, essa provisão diminua e passe a aparecer na conta de pessoal.